



EDITORA



UnB

Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais de Ciências Agrárias

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Volume II



N. Cham.: 37.018.523 P912co

Título: Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das ciências



10455881 Ac. 1035245

v. 2 Ex.2 BCE

Organizadores

Mônica Castagna Molina
Fernando Michelotti
Rafael Litvin Villas Boas
Rita Fagundes

EDITORA



UnB

**Práticas contra-hegemônicas na
formação dos profissionais das
Ciências Agrárias
Volume II**

Reflexões sobre o Programa Residência Agrária

Organizadores

Mônica Castagna Molina

Fernando Michelotti

Rafael Litvin Vilas Boas

Rita Fagundes



Universidade de Brasília

Reitora Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora Germana Henriques Pereira

Conselho editorial Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Estevão Chaves de Rezende Martins
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Jorge Madeira Nogueira
Lourdes Maria Bandeira
Carlos José Souza de Alvarenga
Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Verônica Moreira Amado
Rita de Cássia de Almeida Castro
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P912 Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre o Programa Residência Agrária : volume II / Mônica Castagna Molina ... [et al.], [organização]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2017.
476 p. ; 23 cm.

ISBN 978-85-230-1208-3.

1. Educação do campo. 2. Ciências Agrárias. 3. Residência agrária. 4. Agroecologia. I. Molina, Mônica Castagna (org.).

CDU 63

Equipe editorial

Observatório da Educação do Campo
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Centro Transdisciplinar de Educação do Campo - CETEC

Coordenadora de produção editorial

Mônica Castagna Molina

Preparação e revisão

Sandra Fonteles

**Capa, projeto gráfico, tratamento
de imagem, produção gráfica,
vetorização de
figuras/gráficos/tabelas/quadros,
diagramação e arte final**

Alex Silva

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/Brasil.

Copyright © 2017 by Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,

2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF

Telefone: (61) 3035-4200

Site: www.editora.unb.br

E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Sumário

Prefácio	
Roseli Salete Caldart.....	06

Apresentação	
As Organizadoras e os Organizadores.....	17

BASES TEÓRICAS E EPISTEMOLÓGICAS DO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Residência Agrária e projeto educativo dos camponeses	
Clarice Aparecida dos Santos.....	28

Agroecologia: uma contribuição camponesa à emancipação humana e à restauração revolucionária da relação metabólica sociedade-natureza	
José Maria Tardin e Dominique Michèle Perioto Guhur.....	44

EIXO 1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, TERRITÓRIOS CAMPONESES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Educação do Campo e democracia: a experiência do Curso “Residência Agrária – Matrizes Produtivas da Vida no Campo” da Universidade de Brasília	
Beatriz Casado Baides, Geraldo José Gasparin, Luiz Henrique Gomes de Moura, Rafael Litvin Villas Bôas e Marco Antonio Ribeiro Baratto.....	102

Construção compartilhada de saberes: a experiência do NEEPA	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça e Lígia Alves Viana.....	128

Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária	
Fernando Michelotti, Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa e Elenara Ribeiro da Silva.....	146

Uma entrada pela fresta: reflexões sobre a Pós-Graduação Residência Agrária na Universidade Federal do Pará	
Sônia Barbosa Magalhães e Laura Angélica Ferreira.....	176

Estratégias pedagógicas na articulação entre teoria e prática no Programa de Pós-Graduação em Direitos Sociais do Campo – Residência Agrária (UFG/Regional Goiás)	
Erika Macedo Moreira, Ana Cláudia Diogo Tavares, Janaina Tude Sevá e Raniele Caroline de Sousa.....	192

EIXO 2 MATRIZES TECNOLÓGICAS

Processos históricos e inovações tecnológicas no semiárido brasileiro	
Jonas Duarte.....	218

Das sementes aos frutos: a experiência do Curso de Especialização em Extensão Rural Agroecológica e Desenvolvimento Rural Sustentável – Residência Agrária/UFC	
Ivana Leila Carvalho Fernandes, Diana Mendes Cajado, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Daniel Albiero.....	242

Arte, cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o confronto com o instituído	
Maria Inês Escobar da Costa.....	264

Residência Agrária - Sergipe: semeando a agroecologia e a soberania alimentar	
Rita Fagundes, Andhressa Araújo Fagundes e Amaury da Silva dos Santos.....	288

EIXO 3 AGROECOLOGIA, SAÚDE, FEMINISMO, SEMENTES E O PROCESSO DE GERAÇÃO DA VIDA

Mulheres camponesas e quintais: anúncio de esperança e (re)existência para a vida planetária	
Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Andrea Machado Camurça, Lígia Alves Viana e Karla Karolline de Jesus Abrantes.....	312

O protagonismo das mulheres no Residência Agrária da UnB: um despertar feminista	
Adriana Fernandes Souza e Charlotte Emanuele da Silva Sousa.....	332

Diálogo entre segurança alimentar, saúde e agroecologia: uma experiência de pesquisa e extensão do Curso de Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe (UFS)	
Andhressa Araújo Fagundes, Rita Fagundes, Tatiana Canuto Silva e Josefa Adriana Leal.....	348

EIXO 4 FEIRAS DA REFORMA AGRÁRIA, AGROECOLOGIA E RELAÇÃO CAMPO E CIDADE

Feiras da Reforma Agrária: uma ferramenta para a organização produtiva e para o fortalecimento da soberania alimentar	
Bárbara Loureiro Borges e Fábio Ramos Nunes.....	374

Feira dos Produtores Rurais de Parauapebas/PA: produção e circulação de alimentos como temática de estudo no Residência Agrária	
Haroldo de Souza, Fernando Michelotti e Ayala Lindabeth Dias Ferreira.....	394

A construção de dados sobre a inserção dos agricultores assentados no PNAE	
Marcela Medeiros de Castro e Débora Franco Lerrer.....	410

As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular	
Ana Manuela Chã, Carla Tatiane Guindani, Daniel Mancio e Andrea Matheus.....	428

Posfácio	
As Organizadoras e os Organizadores.....	447

A respeito das Organizadoras e Organizadores.....	463
--	------------

A respeito dos Autores.....	467
------------------------------------	------------



Posfácio

As Organizadoras e os Organizadores

Neste Posfácio, busca-se destacar algumas reflexões apresentadas nos vários capítulos que compõem este livro e que permitem a elaboração de algumas sínteses relacionadas às perguntas analíticas que organizam a pesquisa “Educação do Campo e Educação Superior: uma análise de práticas contra-hegemônicas na formação de profissionais da educação e das ciências agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte”, realizada no âmbito do Observatório da Educação, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Essas reflexões expressam elaborações teórico-metodológicas, bem como sua materialização nas experiências concretas de realização dos cursos de especialização desenvolvidos como uma ação do Programa Residência Agrária, apresentadas e analisadas nos diferentes capítulos do livro. Nesse processo, busca-se chamar atenção para aspectos que evidenciam como os cursos aqui apresentados construíram concepções e caminhos para superar os desafios apresentados à Educação do Campo, fortalecendo-a como uma prática contra-hegemônica na formação de profissionais de ciências agrárias, incidindo na disputa por projetos e sentidos para o campo e seu desenvolvimento.

Como pensar a contra-hegemonia como categoria que perpassa a leitura deste material? No volume I do livro, hegemonia foi definida, a partir de Gramsci, como “a contínua formação e superação de equilíbrios instáveis entre os interesses do grupo dominante e os interesses dos grupos subordinados” (MOLINA et al., 2014, p. 258), apresentando-se como uma relação pedagógica no conjunto da sociedade civil, mediada pelos indivíduos que organizam e difundem a concepção de mundo de uma classe social. Nessa perspectiva, contra-hegemonia relaciona conhecimento, política e educação, pois implica na articulação entre transformação social, alteração das relações de poder e a consolidação de uma nova concepção de mundo.

Se a hegemonia implica em relações instáveis entre os interesses dos grupos dominantes e dominados, ela deve ser analisada como uma síntese contraditória de processos de dominação e resistência, que leva Ceceña (2005)

a considerar que, para a análise do conflito social contemporâneo, devem ser desenvolvidos conceitos-síntese, como hegemonia-emancipação, evitando tanto a leitura dissociada dos processos hegemônicos que invisibilizam as resistências quanto a idealização de processos de resistência que ignoram as poderosas forças que a eles se opõem. Ao contrário disso, como parte da pesquisa de práticas formativas contra-hegemônicas, este livro objetiva contribuir com o desafio de dar visibilidade ao intenso e inovador processo de elaboração de políticas públicas de Educação do Campo a partir do protagonismo do campesinato no conteúdo e no desenho dessas políticas forjadas a serviço de determinado projeto de campo e de nação. A ênfase desse projeto incide nos processos de organização da agricultura que se orientam pela agroecologia e pela soberania alimentar, buscando superar nessas práticas agrícolas as duas leis fundamentais do capital – exploração do homem pelo homem e exploração da natureza –, além de explicitar o tamanho e a dimensão internacional do modelo agrícola hegemônico pelo agronegócio.

Ceceña considera que a subversão da hegemonia capitalista como unidade indissolúvel de força e persuasão passa pela geração de amplos consensos em torno de uma concepção de mundo alternativa à visão dominante. Ainda de acordo com a autora (2005), a construção dessa visão de mundo alternativa deve necessariamente considerar a totalidade social, incorporando todas as dimensões da vida, reconhecendo o cotidiano e a comunidade, tanto como espaços em que se reproduzem as relações de dominação, como em que se forjam os sentidos e concepções alternativas, ampliando, portanto, determinada visão que considera apenas os processos econômicos como relevantes para promoção da transformação social.

A compreensão da totalidade dos processos sociais exige considerarmos que

[...] as relações de produção, as questões políticas, os elementos socioculturais existentes num determinado contexto histórico são fundamentais para a constituição de uma formação social. Deste modo, não existe uma relação de determinação e, sim, de reciprocidade dialética entre estrutura e superestrutura. Numa formação social

há uma interação dialética constante entre as relações sociais e as atividades humanas que promovem mudanças significativas. Assim, na história, os homens constituem experiências de classe, por meio da luta de classes, definem seu lugar na sociedade. No embate da luta de classes, além das questões econômicas e políticas, também se estabelecem ideias, valores, normas e sentimento que são fundamentos para a constituição de uma formação histórica e social. Segundo Gramsci, o homem inteiro é modificado na medida em que são modificados seus sentimentos, suas concepções e as relações das quais o homem é a expressão necessária. Desse modo, a luta econômica não pode ser desvinculada da luta política e ideológica, até porque a supremacia de um determinado grupo social se efetiva como domínio e direção moral e intelectual (MARTINS; NEVES, 2013, p. 344).

A partir dessa perspectiva, é que um primeiro passo para a afirmação do Residência Agrária como processo contra-hegemônico de formação parte da definição de sua concepção teórica e epistemológica, bem como da seleção de seus conteúdos e métodos. No Prefácio deste livro, Roseli S. Caldart ressalta que os projetos Residência Agrária que compõem esta obra expressam certas escolhas que privilegiam a apreensão da materialidade da vida real com base em uma perspectiva relacional. Evita-se, assim, uma leitura da realidade determinada por estruturas sem sujeito ou fragmentada em múltiplos agentes em ação desconexa. Além disso, essas relações, em muitos casos, expressam determinações teóricas e históricas fundamentais na busca da construção da totalidade colocada como horizonte do processo de produção de conhecimento desenvolvido nos cursos.

Tal concepção de produção do conhecimento, que privilegia leituras relacionais de construção da totalidade, nos permite tanto identificar as determinações fundamentais que a explicam quanto captar o seu movimento contraditório como uma tendência geral que aprofunda a compreensão de cada uma dessas relações constituintes. Dessa forma, a totalidade não se coloca como uma síntese homogeneizadora, mas como a expressão articuladora de uma heterogeneidade de processos e de sujeitos que a compõem e permanentemente a transformam. Reforça-se, assim, a possibilidade de que os cursos possam produzir conhecimento para a interpretação crítica da

realidade contemporânea, em especial em sua dimensão agrária e social, e simultaneamente reconhecer e fortalecer politicamente os sujeitos capazes de transformar essa mesma realidade.

Nesse processo de produção de conhecimento, que não perde de vista a totalidade da vida social e suas principais determinações, e que também propõe a explicitação das múltiplas relações que a compõem e são transformadoras dessa mesma totalidade, emerge a centralidade do trabalho, como nos chama a atenção Clarice A. dos Santos no primeiro capítulo do livro. Para a autora, a estratégia de formação profissional centrada no polo do trabalho, que embasa a Educação do Campo aqui tratada, revela a negação de uma formação voltada apenas às necessidades de produção e reprodução do capital e permite que sejam vislumbradas pretensões de formação humana transformadora e emancipatória em suas múltiplas dimensões.

As reflexões de Clarice A. dos Santos aprofundam as reflexões teóricas dessa concepção de formação centrada no polo do trabalho ao ressaltar sua materialização pela vinculação aos processos produtivos. Tal ideia, como destaca a autora, não se confunde com a mera preparação profissional imediata, tampouco com a negação da importância dos processos formativos mais gerais presentes no conjunto da vida, do trabalho, da cultura, das lutas e da organização social. A vinculação da formação aos processos produtivos, para a autora, é indireta e mediata, mas fundamental, pois revela “a forma como se organiza o processo produtivo – o que se produz, como se produz e como se organizam os processos de trabalho” que explicitam tanto o trabalho e a produção quanto fatores ontológicos da condição humana, assim como o caráter alienante que o trabalho assume sob a hegemonia do capital.

Esses argumentos deixam clara a importância da relação entre trabalho e processo produtivo para a compreensão da totalidade da vida social. No entanto, é necessário enfatizar, como o fazem Coronil (2005) e Lander (2007), que para Marx o processo social de produção implica em uma relação indissociável entre capital, trabalho e terra, entendida em seu sentido mais amplo, como natureza geradora, respectivamente, de lucro, salário e renda da terra. Para os autores, como a renda da terra se refere à distribuição e

não à criação de mais-valia, a teoria social tendeu a se dedicar muito mais às relações contraditórias entre capital e trabalho, secundarizando o papel da terra/natureza no processo de produção social. Portanto, de uma maneira geral, mas em especial na análise do trabalho e da produção camponesa, as relações com a terra e a natureza não devem ser negligenciadas.

Quando o processo de produção capitalista é tomado também em sua dimensão espacial e não apenas em sua dimensão histórica, as relações “trinitárias” entre capital, trabalho e terra tendem a ser evidenciadas explicitando não apenas as tensões e lutas de classes em torno da produção e apropriação da mais-valia, mas também em torno da dominação e apropriação da terra/natureza e conseqüentemente da renda da terra. São esses tipos de preocupação com a dimensão espacial da produção capitalista que levaram David Harvey a buscar conexões entre a teoria da acumulação de Marx e a teoria imperialista marxista, para refletir como o capitalismo produz o espaço (HARVEY, 2006), e, nesse âmbito, mantém processos permanentes de acumulação primitiva em que os bens comuns, dentre eles a terra/natureza, são expropriados e convertidos à condição de mercadoria (HARVEY, 2012).

A expropriação camponesa, como parte de processos mais gerais de acumulação por espoliação, não se coloca apenas como um momento histórico originário do capitalismo, mas como um processo permanente contra o qual os camponeses lutam para resistir. Dado seu caráter indissociável dos processos mais gerais de acumulação do capital, as lutas de resistência camponesa não se colocam como lutas residuais de sobrevivência de uma classe extemporânea, mas como uma luta que enfrenta um dos pilares de sustentação da própria acumulação capitalista e, portanto, integra o conjunto das lutas para a destruição e superação do sistema do capital.

Nessa perspectiva teórica, o espaço se apresenta como totalidade abstrata mais geral na qual estão implícitas as relações entre capital, trabalho e terra/natureza. No entanto, são outras categorias analíticas a ele relacionadas que permitem recortes mais concretos e específicos de processos e relações particulares que compõem essa totalidade, como o conceito de território. Para Haesbaert (2014), embora não seja dissociado de suas várias

dimensões naturais, materiais e simbólico-culturais, o território expressa sobretudo as relações espaciais de poder, tanto político como econômico. Para os movimentos camponeses que lutam pela apropriação da terra, o território é uma necessidade para sua existência, bem como um trunfo político para sua ação, conformando o que Fernandes (2005) denominou de movimentos socioterritoriais.

O capítulo 1 deste livro, elaborado por Clarice A. dos Santos, trata explicitamente da vinculação das relações de poder que medeiam a existência dos sujeitos nos territórios com os processos formativos e educativos. Para a autora, uma formação centrada no polo do trabalho não deve apenas levar à compreensão da importância do trabalho como força ontológica da condição humana, mas deve igualmente contribuir, em uma perspectiva emancipatória, para a superação da alienação do trabalho imposta pela hegemonia capitalista. Para isso, um projeto educativo construído nessa direção deve estar vinculado a um projeto de campo que aponte rupturas com a ordem socio-metabólica do capital, a exploração e a alienação do trabalho. Todavia, como alerta a autora, por mais revolucionária que seja a concepção de educação e de campo presente nesses projetos, "estará sempre sujeita às armadilhas da ordem do capital a ele subjugada (ainda que aparentemente se anuncie o contrário) se não estiver sob o comando dos trabalhadores e de suas organizações de classe", se não estiver, portanto, vinculada à perspectiva de subversão das relações de poder hegemônicas pelos agentes do capital.

Para Clarice A. dos Santos, essa subversão das relações de poder e de criação de uma contra-hegemonia, que leva à ruptura com a ordem socio-metabólica do capital, no caso dos camponeses, passa pela capacidade não apenas de apropriação da terra como propriedade econômica, mas a partir dela como expressão das disputas territoriais. Conforme a autora, a ruptura com o modelo hegemônico precisa atender a dois requisitos:

- a) desenvolver a capacidade de mobilizar todos os recursos disponíveis (políticos, econômicos, laborais e formativos); b) organizar os processos de trabalho e cooperação de maneira a que sirvam à produção de riqueza e promoção humana e social das comunidades em equilíbrio com a natureza.

A perspectiva apresentada vincula a luta pela terra, como ação dos movimentos socioterritoriais camponeses por sua apropriação, com as disputas territoriais por projetos de campo e de sociedade que sejam emancipatórios da alienação e da exploração do trabalho e da vida, envolvendo múltiplas dimensões, políticas, econômicas, socioculturais e ecológicas. Enfatiza ainda a importância dos territórios camponeses e sua vida cotidiana não apenas como espaços de resistência política, mas como fontes alternativas de produção de conhecimentos e sentidos de mundo.

Reconhecer esses territórios e seus sujeitos como produtores de conhecimento é um elemento-chave nas concepções dos cursos de Residência Agrária, implicando na incorporação de uma série de perspectivas metodológicas que fortaleçam essa relação dialógica das universidades com tais espaços. A alternância de tempos e espaços formativos é a base dessa relação na Educação do Campo, porém assumindo grande riqueza e diversidade de formas nos cursos de Residência Agrária.

Os capítulos que compõem o *Eixo 1: Práticas Pedagógicas, Territórios Camponeses e Organização Social* trazem contribuições sobre como os cursos têm aprimorado a alternância pedagógica e estreitado as relações entre universidade e territórios camponeses. A articulação das ações dos educandos por meio de Núcleos Territoriais (NT) específicos e articulados com Escolas Itinerantes de Formação (EIF), experimentados no curso da UnB, é um excelente exemplo. Além deles, os Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) e as Oficinas de Diálogos de Saberes da UFC, os grupos e projetos de pesquisa-ação da Unifesspa e IALA, o diagnóstico socioagroambiental da UFPA, e os Estágios Interdisciplinares de Residência Agrária (EIRA) e Núcleos de Extensão e Pesquisa (NEP) da UFG indicam buscas na organização metodológica dos cursos de maneira a fortalecer os vínculos com os territórios no processo formativo.

O contato, a vivência, o reconhecimento e o diálogo com os camponeses em seus territórios se mostram fundamentais para provocar a universidade no sentido de estar atenta aos múltiplos temas e dimensões produzidos na vida cotidiana desses territórios e nas lutas de seus sujeitos. Os capítulos

organizados no *Eixo 2: Matrizes Tecnológicas* e no *Eixo 3: Agroecologia, Saúde, Feminismo, Sementes e o Processo de Geração da Vida* mostram isso com clareza. Neles estão presentes as dimensões materiais e simbólicas da vida do campo por meio da agroecologia, da alimentação e da cultura, mas também o reconhecimento da diversidade de identidades, em especial das mulheres e da juventude, que constroem ativamente o cotidiano e a luta camponesa. Como afirmam Gema G. S. L. Esmeraldo, Andrea M. Camurça e Lígia A. Viana, abrindo-se ao diálogo com os sujeitos do campo, suas lutas e seu cotidiano, a formação crítica na Educação do Campo vai fomentando uma cultura de resistência, levando à incorporação de outros temas reveladores das estruturas de dominação e relações de poder.

Para Arroyo (2014), a subversão material da vida cotidiana e a destruição de formas ancestrais de viver, que poderíamos reconhecer como processos de expropriação, como o ocultamento, silenciamento, alienação intelectual e inculcação de uma falsa consciência para a legitimação da exploração e subalternização, configuram as pedagogias de subalternização. Por isso, as pedagogias contra-hegemônicas devem passar tanto pela articulação entre pedagogias conscientizadoras e esclarecedoras que expõem a brutalidade dos processos de subalternização como pela construção de outras pedagogias originadas nas lutas de resistência, de sobrevivência e de construção de outro projeto de sociedade. Estas seriam as pedagogias da produção do viver baseadas em "matrizes mais coladas à materialidade da produção das existências na fábrica, no campo, no trabalho, nas lutas e mobilizações sociais" (ARROYO, 2014, p. 82).

Ao destacar a construção da pedagogia da produção do viver, Arroyo (2014) reafirma a centralidade do trabalho como forma de o trabalhador fazer-se a si mesmo e humanizar-se, além de resistir às formas concretas e históricas de trabalho alienante e desumanizador. Nas lutas pela produção da vida, que passam pela luta da emancipação do trabalho a partir da (re)apropriação das condições de existência (terra, educação, cultura), retoma-se "a positividade formadora, pedagógica do trabalho" (p. 89). Ao insistir na materialidade do trabalho na produção da existência, o autor também reafirma a relação dialé-

tica entre trabalho e cultura, evidenciando que “o trabalho determina a cultura e a cultura determina o trabalho” tornando-o trabalho humano (p. 101).

A relação dialética trabalho – terra – cultura, como matrizes formadoras, é chave para se pensar a formação profissional em ciências agrárias, reconhecendo que “as tecnologias fazem parte da cultura material e simbólica, ambas intimamente ligadas à criatividade humana, à produção da vida, ao trabalho produtivo material que sempre será um ato humano, intelectual, simbólico, cultural” (ARROYO, 2014, p. 106). O reconhecimento dessa relação leva o autor a indicar a busca pelas virtualidades formadoras baseadas na indivisível unidade material/técnica/cultural, na articulação entre a produção material da técnica e a produção simbólica, base das manifestações culturais, como um desafio central para cursos da Educação do Campo, como os de Residência Agrária.

Essas reflexões reforçam que o projeto de campo e de sociedade não pode ser reduzido à sua dimensão produtiva, o que não significa, ao contrário, que o processo produtivo deixe de se constituir em um dos elementos-chave de explicitação e conformação das relações sociais mais gerais, bem como das relações que a sociedade estabelece com a natureza. A importância dos processos produtivos para a construção de projetos de campo e projetos educativos a ele vinculados está no centro das contribuições de José M. Tardin e Dominique M. P. Guhur no capítulo 2, explicitando reflexões sobre a agroecologia, que a colocam como categoria central e estruturante da formação contra-hegemônica de profissionais de ciências agrárias no âmbito da Educação do Campo.

Tardin e Guhur analisam o percurso histórico de construção da agroecologia desde as primeiras contribuições de cientistas preocupados com os estudos dos sistemas agrários até sua incorporação como marco político e conceitual dos movimentos sociais da CLOC/Via Campesina. A construção do conceito de agroecologia envolve tanto a crítica às relações sociometabólicas do capital, por seu caráter explorador e destruidor da natureza e da condição humana, como a afirmação de possibilidades de sua superação pela ação consciente do campesinato na construção de outras formas de relação

no interior da sociedade e de relação da sociedade com a natureza, baseadas na concepção de sustentabilidade da vida. Evitando leituras idealizadas da natureza e do próprio campesinato, os autores propõem uma reflexão orientada pela economia política marxista, que confronte as dinâmicas hegemônicas da relação capital e natureza com as lutas políticas do campesinato reveladoras de sua constituição como sujeito político contemporâneo, mas que carrega as marcas de sua história de longa duração, expressa na sua ancestralidade, produtora de cosmovisões e culturas próprias, anterior ao próprio capitalismo e, portanto, não totalmente subordinada a ele.

Do ponto de vista político, os problemas ambientais gerados pela relação metabólica sociedade-natureza sob hegemonia do capital têm ficado cada vez mais evidentes, alcançando amplo reconhecimento. No entanto, o enfrentamento dessa problemática tem sido colocado em bases radicalmente distintas, desde o aprofundamento da mercantilização da natureza e da busca de soluções para esses problemas que os colocam como fonte de acumulação do capital, até sua superação pela constituição de outra ordem sociometabólica, orientada por outros valores e pela emancipação do trabalho e da sociedade em suas múltiplas dimensões. A clareza dessas disputas em torno da problemática ambiental implica em distintas opções políticas e na identificação de quais são os processos e os sujeitos sociais capazes de levá-las adiante, assim como nas bases teóricas e epistemológicas que as fundamentam. As escolhas não são neutras e tampouco seus resultados mostram-se indiferentes.

Nessa perspectiva, as bases teóricas e epistemológicas expressam formas de saber que não podem ser dissociadas das relações de poder. O reconhecimento dessas relações entre saber e poder permite aos autores dos artigos que integram esta obra problematizarem a categoria "diálogo de saberes", tão cara à agroecologia. Como provoca Roseli S. Caldart no Prefácio deste livro, o reconhecimento da existência das várias formas, sujeitos e lugares da produção de conhecimento não deve significar apenas a defesa da convivência e respeito entre elas, de modo a deixar intacta a hegemonia do modo capitalista de produção de conhecimento, mas apontar para sua

superação em direção a uma ciência “que se vincule aos desafios de construção de uma república do trabalho”. Na mesma direção, Clarice A. dos Santos afirma em seu texto que o projeto educativo dos camponeses, assim como o dos trabalhadores em geral, deve contribuir para libertar a ciência de sua obrigação de servir ao capital.

Tardin e Guhur tratam do diálogo de saberes como uma interlocução entre as cosmovisões indígenas e camponesas entre si, e com a leitura crítica do materialismo histórico e dialético. Cabe ressaltar que esse diálogo não consiste em opção arbitrária dos autores, mas no desdobramento das próprias decisões políticas dos movimentos de luta camponesa organizados na CLOC/Via Campesina em busca de compreensão da agroecologia não como uma idealização da natureza em si, mas como parte das relações mais gerais entre capital, trabalho e natureza no conjunto do processo social de produção e das lutas pela sua transformação.

Essa perspectiva é uma negação da agroecologia como mera matriz tecnológica, por reforçar uma leitura de que a matriz técnico-científica desenvolvida sob hegemonia do capital implica em certo desenvolvimento das forças produtivas que não está dissociada das relações sociais de produção. Observando-as de forma indissociável, o desenvolvimento da matriz produtiva do capital passa necessariamente pelo aprofundamento da exploração e alienação do trabalho, assim como pela homogeneização e simplificação extrema da natureza – o que, no limite, leva à sua destruição. Em ambos os casos, e de forma combinada, é um desenvolvimento que aprofunda o controle do trabalho e da natureza pelo capital em sua intencionalidade última de geração, apropriação e acumulação de mais-valia. Para Tardin e Guhur, a transformação radical na direção de sua superação passa pela libertação da produção dos ditames do capital, para a qual as cosmovisões e culturas indígenas e camponesas são fundamentais como portadoras de outras visões de mundo e conhecimentos tecnológicos ancestrais, que devem ser reconhecidos como ponto de partida para a construção das bases para uma “restauração revolucionária da ruptura metabólica da relação sociedade-natureza” (FOSTER, 2005 citado por Tardin e Guhur neste livro).

Para além da interação de saberes com o materialismo dialético, o desenvolvimento da agroecologia como ciência e como tecnologia pressupõe outros diálogos possíveis e necessários. Várias construções científicas que buscaram romper com a ciência positivista podem ser fontes dessa construção agroecológica. Outra contribuição decisiva de José M. Tardin e Dominique M. P. Guhur se dá na mobilização e problematização de um diálogo crítico das diferentes construções conceituais originadas nas ciências naturais, especialmente na química dos solos e plantas, na biologia e na ecologia, nas ciências sociais, em especial na economia ecológica e na ecologia política, bem como na produção alternativa da ciência agrônoma em busca de uma agricultura orgânica, biodinâmica, sustentável, permacultural. No entanto, o reconhecimento das possibilidades de diálogo crítico com essas várias fontes de conhecimento na construção das bases teóricas da agroecologia como ciência e tecnologia não os leva a negligenciar ou subalternizar a importância dos conhecimentos ancestrais indígenas e camponeses e suas outras epistemologias, tampouco a dimensão política da agroecologia e sua organização como movimento social.

Essas reflexões propostas por Tardin e Guhur estão presentes de diferentes formas na construção das experiências de cursos de Residência Agrária que trataram diretamente da agroecologia e da alimentação/soberania alimentar. Além dos cursos desenvolvidos pela Unifesspa e IALA, analisados no Eixo 1, e da UFPB, UFC e UFS, analisados no Eixo 2, todos os capítulos do *Eixo 4: Feiras da Reforma Agrária, Agroecologia e Relação Campo e Cidade* aportam reflexões sobre como a agroecologia e a questão dos alimentos extrapolam a produção do campo e, por intermédio da circulação e abastecimento das cidades, ampliam sua dimensão política e cultural, incidindo diretamente na luta pela hegemonia de outro projeto de campo e de sociedade.

As reflexões presentes nos capítulos que compõem o Eixo 4 traduzem a politização da agroecologia e da Reforma Agrária quando os camponeses, com base nas Feiras, explicitam sua crítica ao modelo hegemônico de produção e circulação de alimentos, além de se colocarem como sujeitos capazes de apresentar e materializar uma concepção alternativa a ele. Assim, as Fei-

ras se mostram como objeto de estudo de cursos de especialização, objeto e resultado de práticas de extensão rural e como espaços políticos de diálogo e afirmação, juntamente com outros segmentos da sociedade, da concepção de campo dos movimentos socioterritoriais. Como afirmam Ana M. Chã, Carla T. Guindani, Daniel Mancio e Andrea C. Matheus no artigo deste livro "As Feiras Nacionais do MST e a Reforma Agrária Popular", a legitimação da Reforma Agrária Popular proposta pelo MST exige um

[...] necessário diálogo com a sociedade, mostrando que, além da produção de alimentos saudáveis, a organização dos territórios de Reforma Agrária abarca a produção de cultura, de arte, de conhecimentos, de organização, de educação, de saúde, de novas relações de gênero e de solidariedade.

Os elementos teóricos e epistemológicos de formação profissional, bem como sua materialização em práticas políticas e pedagógicas nos cursos do Programa Residência Agrária apresentados e analisados nos diferentes capítulos deste livro, expressam a busca por uma outra formação, ao questionarem a concepção hegemônica de mundo em suas múltiplas expressões, aprofundando a análise crítica e favorecendo a emergência de temas que explicitam com clareza seus limites e contradições. Ao mesmo tempo, mostram-se comprometidos com o fortalecimento das lutas políticas dos camponeses em suas dimensões materiais e simbólicas.

Como parte dessas lutas em defesa dos camponeses e seus territórios, insere-se o enfrentamento à própria hegemonia da produção de conhecimento no interior das universidades. Como afirmam Sônia B. Magalhães e Laura A. Ferreira, cursos como o Residência Agrária, mesmo que marginais na institucionalidade universitária, fortalecem a crítica às formas hegemônicas de produção de conhecimento, seus conteúdos, métodos e instrumentos de validação, assim como seu caráter excludente. Para além da crítica, apresentam e disputam, mesmo que em condições desiguais de poder, outras possibilidades e sentidos políticos e epistemológicos da educação superior, questionando a universidade sobre qual conhecimento deve ser produzido, como e para quem.

Ademais, como mostram os capítulos agrupados no *Eixo 1: Práticas Pedagógicas, Territórios Camponeses e Organização Social*, essa perspectiva ganha legitimidade à medida que esses cursos se convertem em experiências de longa duração, institucionalizando-se na forma de cursos, núcleos e grupos de pesquisa pautados pelo diálogo entre acadêmicos, camponeses e movimentos sociais do campo. Ganham legitimidade não só pela produção acadêmica que são capazes de gerar, ilustrada pelas expressivas listas de monografias e artigos apresentados em muitos dos capítulos deste livro, mas também por contarem com outros espaços de validação do conhecimento produzido, como as próprias comunidades camponesas. Legitimam-se ainda por proporem outras formas de vivência cotidiana que modificam o espaço da universidade pela arte, pela mística, subvertendo hierarquias e tornando-a mais aberta e acessível aos excluídos, como bem expressa Maria Inês E. da Costa no artigo "Arte, Cultura e Educação do Campo no Centro de Ciências Agrárias: o Confronto com o Instituído":

[...] em meio à dureza das ciências agrárias e dos pretensos donos de um "lugar" específico para o fazer cultural, houve enfrentamento, estranhamento, desde a linguagem (conhecimento, linguagem e palavra escrita) até a prática social. No entanto, a presença das bandeiras (dos movimentos sociais), do movimento popular, da beleza e da estética da luta foi tecendo relações com o espaço percebido, concebido e vivido.

Se as compreensões teóricas e epistemológicas aqui sintetizadas apontam direções, conteúdos e perspectivas mais gerais para o Residência Agrária, elas só ganham sentido real na materialidade concreta de realização dos seus cursos. Nesse processo, colocam-se desafios e exigências de criatividade pedagógica na forma de currículos e metodologias que constroem práticas pedagógicas e metodológicas inovadoras. As reflexões extraídas da materialidade dos cursos aqui apresentados, em sua procura por aliar a formação crítica e reflexiva de profissionais para atuarem no campo, a produção de conhecimento sobre e para o campo e o fomento a uma ação transformadora da realidade agrária podem apontar possíveis caminhos a serem problematizados e experimentados na construção da Educação do Campo.

Referências

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CECEÑA, A. E. Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites. In: _____. (Org.). **Hegemonias e emancipações no séc. XXI**. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 35-69.

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismos e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 50-62. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, jan./jun. 2005, p. 14-34.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. A geopolítica do capitalismo. In: _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 125-160.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2012.

LANDER, E. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: ATÍLIO, B.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires, São Paulo: Clacso, Expressão Popular, 2007, p. 201-234.

MARTINS, A. M. S.; NEVES, L. M. W. Materialismo histórico, cultura e educação: Gramsci, Thompson e Williams. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 51, p. 341-359, jun.2013.

MOLINA, M. C. et al. (Orgs.). Posfácio. In: _____. **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das ciências agrárias: reflexões sobre agroecologia e Educação do Campo nos cursos do Pronera**. Brasília: NEAD, 2014, p. 255-285.



A RESPEITO DOS ORGANIZADORES

Mônica Castagna Molina:

É graduada em Ciências Jurídicas e Sociais (1989) pela PUC/Campinas, especialista em Políticas Públicas e Governo (1997) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestre em Sociologia Rural (1998) pela Unicamp, doutora em Desenvolvimento Sustentável (2003) pela Universidade de Brasília e tem Pós-doutorado em Educação (2013) pela Unicamp. É professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), da Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural e do Programa de Pós-Graduação em Educação, onde coordena a Linha de Pesquisa Educação Ambiental e Educação do Campo desde 2013. É coordenadora da pesquisa "Análise de práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte" pelo Observatório da Educação da Capes (2013-2017). Coordenou o Pronera e o Programa Residência Agrária. Participou da I Pesquisa Nacional da Reforma Agrária, em 2003-2004 (I PNERA) e Coordenou a II Pesquisa Nacional da Reforma Agrária (II PNERA), financiada pelo IPEA, em 2013-2015. Coordenou a Pesquisa Capes/CUBA, no período de 2010-2014. Coordenou a pesquisa "A Educação Superior no Brasil (2000-2006) - Uma Análise Interdisciplinar das Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro", financiada pelo Observatório de Educação da Capes. Integra a pesquisa "Formação Docente e a Expansão do Ensino Superior", na coordenação do Sub 07: Educação Superior do Campo, pelo Projeto Observatório da Educação do Campo da Capes. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do Campo, Formação de Educadores, Políticas Públicas, Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável.

Fernando Michelotti:

É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Rafael Litvin Villas Boas:

Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Rita de Cássia Fagundes:

É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

ALBERTO DOS AUTORES



**A RESPEITO DOS
AUTORES**

Adriana Fernandes Souza: Licenciada em Educação do Campo e especialista em Residência Agrária pela Universidade de Brasília (UnB). Trabalha com educação popular e teatro político, com a questão negra e da violência contra a mulher. Atualmente é educadora de jovens e adultos no Programa Pro-jovem Campo Saberes da Terra e é integrante da equipe de coordenação política pedagógica do Residência Agrária Jovem - Universidade de Brasília/CNPq. É mestranda da Faculdade de Educação da UnB.

Amaurly da Silva Santos: É graduado em Agronomia (1992) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1995), e doutor em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2000). Atualmente é pesquisador da Embrapa e coordenador do Núcleo de Agroecologia da Embrapa Tabuleiros Costeiros e integrante da Rede Sergipana de Agroecologia (Resea). Desenvolve atividades com sementes crioulas no estado da Paraíba, conhecidas por Sementes da Paixão. Desenvolve também pesquisas participativas em comunidades e assentamentos de Reforma Agrária, tendo como perspectiva a construção do conhecimento agroecológico por meio da sistematização de experiências agroecológicas e de seu intercâmbio entre agricultores e técnicos.

Ana Cláudia Diogo Tavares: Possui graduação em Direito e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), além de doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Foi colaboradora no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direitos Sociais do Campo, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é Professora Adjunta do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPDH/UFRJ).

Ana Manuela Chã: É graduada em Psicologia pela Universidade de Lisboa e mestra em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Unesp). Faz parte da coordenação do Coletivo de Cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tem experiência na área de psicologia social, cultura e comunicação com ênfase em audiovisual e movimentos sociais.

Andhressa Araújo Fagundes: É doutora em Nutrição Humana pela Universidade de Brasília - UnB (2013), mestra em Ciências da Saúde - UnB (2006) e graduada em Nutrição (2002). É especialista em Gestão de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição, e em Vigilância Alimentar e Nutricional para a População Indígena, pela Fundação Oswaldo Cruz. Atua nas linhas de pesquisa: Nutrição na Atenção Primária à Saúde, Segurança Alimentar e Nutricional, e Educação Alimentar e Nutricional; Pesquisa Qualitativa em Saúde; Políticas e Programas de Alimentação e Nutrição. Atualmente é professora

do Departamento de Nutrição e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Nutrição da Universidade Federal de Sergipe (UFS), e Coordenadora adjunta do Observatório de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Sergipe (OSANES).

Andrea C. Matheus: Engenheira Agrônoma e mestra em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atua no Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST.

Andrea Machado Camurça: É graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC), especialista em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFC). Foi Secretária Executiva da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e desde 2005 é pesquisadora do Programa Residência Agrária (PRA). Atualmente é Professora Adjunta da Universidade de Brasília, docente da Licenciatura em Educação do Campo e integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, da Universidade de Brasília.

Ayala Lindabeth Dias Ferreira: Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005) e especialização em Residência Agrária/Proneira pela UFPA/Campus de Marabá (2012). Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), compõe a equipe pedagógica do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atuando nesses espaços, acumulou experiência na educação popular e em sistemas produtivos no bioma amazônico (bioconstruções, criação de pequenos animais, produção de mudas nativas na Amazônia e apicultura).

Bárbara Loureiro Borges: É graduada em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (UnB). Foi aluna do Curso de Especialização em Residência Agrária também da UnB. Possui formação e cursos na área de Agroecologia e Questão Agrária, e experiência em Extensão Rural, atuando em assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (UnB).

Beatriz Casado Baidés: Possui graduação em Antropologia Social y Cultural - Universidad Miguel Hernández (2007) e mestrado universitário em Desarrollo y Cooperación Internacional pelo Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU) (2008). Foi Integrante da equipe de coordenação do curso de especialização em Residência Agrária da Universidade de Brasília (Proneira/CNPq/FUP) e atualmente é doutoranda do Programa de Doctorado en Estudios sobre Desarrollo do Instituto HEGOA - Universidad del País Vasco (UPV-EHU).

Carla Tatiane Guindani: Possui graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e mestrado em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Charlotte Emanuele da Silva Sousa: Possui graduação em Agroecologia pelo Instituto Federal de Brasília (2013) e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Residência Agrária com ênfase em Agroecologia pela Faculdade UnB Planaltina (2015). Linhas de pesquisa: gênero, raça, educação, teatro do oprimido.

Clarice Aparecida dos Santos: Graduada em Pedagogia pela Universidade de Ijuí/RS, mestra em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, entre 2007 e 2015, foi Coordenadora-Geral de Educação do Campo e Cidadania, e do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). É professora da Universidade de Brasília.

Daniel Albiero: Possui graduação em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (2001) e em Física pela Unicamp (1996), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Engenharia Agrícola também pela Unicamp. Atualmente é bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq e Professor Adjunto de Máquinas e Energia na Agricultura da Universidade Federal do Ceará (UFC), Coordenador do Gemasa (Grupo de Pesquisas em Energia e Máquinas para a Agricultura do Semiárido) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da UFC (PPGEA-UFC).

Daniel Mancio: É professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Tem graduação em Agronomia (2002) e mestrado em Solos e Nutrição de Plantas pela Universidade Federal de Viçosa (2008), além de especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário (2010) e doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua no curso de Educação do Campo, ministrando aulas de Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Rural, e atua em projetos nas áreas de organização das áreas de Reforma Agrária e no desenvolvimento da agroecologia em assentamentos.

Débora Franco Lerrer: Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP), doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Foi coordenadora do Curso de Especializa-

ção em Residência Agrária da UFRRJ, onde atualmente é Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Desenvolve pesquisas em torno dos seguintes temas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, questão agrária, agronegócio, mediações jornalísticas e educação superior no campo.

Diana Mendes Cajado: Possui graduação em Engenharia de Pesca (2010) e mestrado em Economia Rural (2013) pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e doutorado em andamento no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (ProdeMa/UFC). É pesquisadora voluntária do Programa Residência Agrária. Tem experiência docente em graduação e pós-graduação nas áreas: economia e áreas afins, estágio supervisionado, orientação de trabalhos de conclusão de curso, metodologia do trabalho científico, gestão ambiental e áreas afins, além da experiência em projetos de extensão com ênfase em extensão rural.

Dominique Michèle Perieto Guhur: É graduada em Agronomia e mestra em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Trabalha com movimentos sociais desde 1999 nas áreas de agroecologia, educação popular, Educação do Campo, metodologia de pesquisa e economia política. Atualmente é integrante do Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico da Escola Milton Santos, do Centro de Formação em Agroecologia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Paraná.

Elenara Ribeiro da Silva: Tem graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade de Campinas (Unicamp). Tem experiência em elaboração, execução e acompanhamento de projetos relacionados à Formação, Pesquisa-Ação-Desenvolvimento, Educação Ambiental e Extensão Rural.

Erika Macedo Moreira: Graduada em Direito e mestra em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora da Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo) e do Curso de Direito para beneficiários da Reforma Agrária e agricultores familiares (UFG/ INCRA-Pronera).

Fábio Ramos Nunes: Graduado em Administração pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Foi aluno do Curso de Especialização em Residência Agrária e atualmente é aluno do mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, ambos pela Universidade de Brasília (UnB).

Fernando Michelotti: É graduado em Engenharia Agrônoma (1993) pela Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), mestre em Planejamento do Desenvolvimento Rural (2001) pela Universidade Federal do Pará (NAEA-UFPA) e

doutorando em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ). É Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), vinculado ao Instituto de Estudos do Desenvolvimento Agrário e Regional. Coordenou o curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia/Residência Agrária, em parceria com o IALA - Via Campesina.

Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo: É Professora Associada da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. É professora/orientadora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC) e no Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. Coordenou o curso de especialização em Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará e é membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea).

Geraldo José Gasparin: É graduado em Filosofia e mestre em Desenvolvimento Territorial para a América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). Foi coordenador-geral da Escola Nacional Florestan Fernandes no período de 2006 a 2011.

Haroldo de Souza: Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo (2000), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2010). É professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Ivana Leila Carvalho Fernandes: É graduada em Pedagogia (2015) e Economia Doméstica (2005), especialista em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (2007) e mestra em Avaliação de Políticas Públicas (2013). Tem experiência na área de Desenvolvimento Rural, com ênfase em Políticas Públicas, Educação do Campo, Movimentos Sociais, Extensão Rural, Agroecologia e Relações de Gênero e Família. Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC).

Janaina Tude Sevá: É bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), tem mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Atualmente é professora do Curso de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pesquisadora colaboradora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo/UFG)

José Jonas Duarte da Costa: Tem graduação em História e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal da Paraíba, e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). É Professor Associado III do Departamento de História da UFPB e membro da Comissão Pedagógica Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Coordenou o Programa de Residência Agrária - Processos Históricos e Inovações Tecnológicas no Semiárido, mediante parceria UFPB/Insa.

José Maria Tardin: Foi coordenador da Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e assessor pedagógico em cursos de Agroecologia em vários países da América Latina. Atua na formação em Agroecologia em escolas técnicas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assessorando cursos de Especialização em Agroecologia em parceria com universidades e institutos de pesquisa.

Josefa Adriana Leal dos Santos: É graduada em Medicina (ELAN), tem Especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e é integrante do Setor de Saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Atualmente é servidora pública, exercendo a função de médica do Programa Saúde da Família em Simão Dias/SE.

Karla Karolline de Jesus Abrantes: Possui graduação em Economia Doméstica (2012) e mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (2015). Foi bolsista do Residência Agrária e têm publicações e estudos nas áreas de Economia Doméstica com enfoque nos temas de assentamentos rurais, segurança alimentar e nutricional, relações de gênero, mulheres rurais e agroecologia. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFC).

Laura Angélica Ferreira: Possui graduação em Zootecnia pela Universidade Federal de Viçosa/MG (1993), mestrado em DEA ETES: Environnement, Temps, Espace et Société - Université D'Orléans (1994) e doutorado em Développement Rural et Système d'Élevage - Institut National Agronomique Paris-Grignon (2001). Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal do Pará.

Lígia Alves Viana: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECe) e mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (Prodema/UFC). Atualmente é integrante do Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas em Agroecologia (NEEPA), vinculado ao Programa Residência Agrária e Núcleo Tramas - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde, ambos da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Luiz Henrique Gomes de Moura: É Engenheiro Florestal formado na Universidade de Brasília (UnB), especialista em Agroecologia e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade

Federal de Goiás (UFG). Militante pela Reforma Agrária, tem realizado estudos e pesquisas nas áreas de agroecologia, soberania alimentar, questão agrária, questão ambiental e novas dinâmicas da acumulação capitalista. Integra o grupo de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais (UnB) e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Agrária e Dinâmicas Territoriais (UFG).

Marcela Medeiros de Castro: Tem graduação em Educação do Campo e especialização em Residência Agrária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É integrante da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro e uma das Coordenadoras do Assentamento Celso Daniel - Macaé/RJ.

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa: Graduado em Agronomia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), atuou no fortalecimento e na consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (Naec) e do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Marco Antonio Ribeiro Baratto: Tem graduação em Pedagogia, mestrado em Educação Ambiental e Educação do Campo e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Participou da equipe pedagógica do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Residência Agrária (UnB/CNPq/Pronera) e da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Maria Inês Escobar da Costa: É professora da Universidade Federal do Cariri/UFCa, possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa - UFV/MG (2002) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - CDS/UnB (2006). Atualmente é doutoranda na Universidade de São Paulo - FEUSP/USP. Tem experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, Agroecologia e Educação do Campo, atuando principalmente nos seguintes temas: assentamentos rurais, Educação do Campo, meio ambiente e cultura. Atualmente é coordenadora da Especialização em Cultura Popular, Arte e Educação do Campo - Residência Agrária.

Rafael Litvin Villas Bôas: Graduado em Jornalismo (2001), mestre em Comunicação Social (2004) e doutor em Literatura (2009) pela Universidade de Brasília. Tem pós-doutorado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade de São Paulo (2017). Integra os Programas de Pós-Graduação, mestrado Profissional em Artes (Profartes/UnB) e Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena os grupos de pesquisa Modos de Produção e Antagonismos Sociais, e Terra em Cena: teatro e audiovisual na Educação do Campo. É coordenador de Extensão da

Faculdade UnB Planaltina (FUP) e da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular. Desenvolve pesquisas nas áreas de Estética e Política, Cultura, Identidade e Território, e as interfaces entre questão agrária e questão racial no Brasil.

Ranielle Caroline de Sousa: Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é Professora Substituta da Universidade Federal de Goiás, advogada do Cerrado Assessoria Jurídica Popular e coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Inhumas/GO.

Rita Fagundes: É graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2005), em Direito pela Universidade Paranaense (2004) e mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2010). Foi coordenadora pedagógica do curso de Pós-Graduação em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe e é integrante do Núcleo de Estudos e Vivências Agroecológicas (EVA-UFS), da Rede Sergipana de Agroecologia (Re-sea) e da Rede Nordeste de Núcleos de Agroecologia (Renda/CNPq). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ).

Roseli Salete Caldart: É graduada em Pedagogia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), mestra em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integra o Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e atualmente é assessora pedagógica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra), além de coordenar o curso de Licenciatura em Educação do Campo, parceria Iterra-UnB-MEC.

Sônia Barbosa Magalhães: Possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e em Sociologia pela Université Paris 13. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural.

Tatiana Canuto Silva: É nutricionista graduada pela Universidade Federal de Sergipe (2016). Participou das ações de Extensão do Eixo de Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional do curso de Especialização em Residência Agrária da Universidade Federal de Sergipe. Atualmente é mestranda em Ciências da Nutrição pela Universidade Federal de Sergipe (2017-2019) e pós-graduanda (nível de Especialização) em Segurança Alimentar e Nutricional pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016-2017).

ISBN 978-85-230-1208-3



9 788523 012083



UnB | CTEC

